



GT Questão Social, Política Social e Serviço Social

**PARA A CRÍTICA DO ESTADO MODERNO: INTERLOCUÇÕES ENTRE MARX,  
ENGELS E MÉSZÁROS**

Lucas Alexssandher Tavares Fonseca<sup>1</sup>

**[ATENÇÃO! OMITIR AUTORIA AO SALVAR NO FORMATO/VERSÃO “PDF”]**

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise, ainda que breve, acerca do Estado, a partir das interpretações de Karl Marx, Friedrich Engels e István Mészáros, autores signatários da teoria social crítica. Os procedimentos metodológicos deste estudo se caracterizam pela revisão de literatura que compreende, sobretudo, elaborações seminais dos autores supracitados. Pretendemos com isto, aprofundar as análises sobre o Estado moderno e identificar as semelhanças presentes nas concepções de Marx, Engels e Mészáros.

**Palavras-chave:** Estado; Capitalismo; Trabalho.

**1 INTRODUÇÃO**

O manuscrito que subscreve-se tem por objetivo apresentar uma análise acerca do Estado, a partir das interpretações e interlocuções presentes nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels e István Mészáros. É válido dizer que, no campo da teoria social crítica, são inúmeros os caminhos de análise percorridos para galgar as mais diversas interpretações sobre o Estado. Nesses termos não intencionamos uma análise completa da totalidade da obra dos autores supracitados, tampouco abarcar a totalidade das elaborações teóricas e contribuições no campo do marxismo sobre o Estado.

A partir deste estudo breve, objetivamos expor as convergências encontradas na análise marxiana e marxista da teoria do Estado sob a luz da vertente crítica da economia política da sociedade capitalista. Isto requer desvelar conexões fundamentais entre a origem do Estado e o caráter que esta estrutura de comando político (Mészáros, 2002) assume na trama contemporânea na qual se reproduz o sociometabolismo do capital.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). Professor Substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DESSO/UFRN). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL). E-mail: [lucas.tavares@ufrn.br](mailto:lucas.tavares@ufrn.br).



Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento das forças produtivas e o estabelecimento das relações sociais de produção correspondentes, em um determinado momento histórico, introduz as condições para o nascimento das classes sociais. Nos termos de Marx e Engels (2017), “a história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes” desde o surgimento do excedente econômico e da propriedade privada, anteriores ao capitalismo. Homens livres e pessoas escravizadas, senhores e servos, opressores e oprimidos, burgueses e proletários, estiveram em constante antagonismo. Ou seja, a humanidade tem realizado a sua história, em cada período, através da luta incessante entre classes sociais antagônicas (Andrade, 2012).

Portanto, coadunamos com a concepção de que o Estado é produto de uma determinada fase do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, marcada pelo surgimento da propriedade privada e de classes sociais antagônicas com interesses inconciliáveis, sendo o Estado o mais forte aparelho de dominação de uma classe sobre a outra.

Sobre as premissas apresentadas, além desta introdução e das considerações finais, sucedem neste artigo dois outros itens: um primeiro acerca das origens e particularidades históricas do Estado – assentado nas ideias de Marx e Engels e, um outro item que tratará de sintetizar as elaborações contemporâneas sobre o Estado expostas na obra de István Mészáros.

## **2 A ORIGEM DO ESTADO E SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS: AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX E ENGELS**

Apesar de o surgimento do Estado não ser datado precisamente, Engels (2012) nos fornece uma brilhante análise histórica, social e econômica da origem do Estado frente à dissolução das sociedades gentílicas. Para ele, o regime gentílico, que já estava caduco, foi destruído pela divisão social do trabalho que dividiu a sociedade em classes, sendo o Estado a expressão da civilização. O processo de derrocada das gens foi descrito por Engels a partir das experiências particulares dos gregos, romanos e germanos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a dissolução das gens verificar a obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (Engels, 2012).



Deste ponto de partida, podemos afirmar que a fragmentação das sociedades gentílicas e a constituição do Estado se deve a 3 fatores: a) o surgimento da propriedade privada e do excedente econômico; b) o nascimento de classes sociais antagônicas; c) a divisão social do trabalho.

[...] a partir do momento em que o excedente econômico produzido pela sociedade passou a ser apropriado por uma classe particular, surgiram, ao mesmo tempo, por necessidade imanente, novas esferas, a exemplo do Estado, do Direito, de determinadas formas de consciência social etc., que passaram a desempenhar suas funções específicas intimamente articuladas com a reprodução econômica social. Portanto, a propriedade privada é o pressuposto necessário do Estado, do Direito e de determinadas formas ideológicas. (Andrade et. al, 2012, p. 13)

As ideias e o pensamento de Engels são contra qualquer forma de naturalização da criação do Estado e se coloca em discordância com as análises que insistem em pautar o Estado como um simples mediador de conflitos sendo neutro perante as classes sociais. Para Engels (2012, p. 213)

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.

Para evidenciar a caracterização do Estado, Engels (2012) recorre a três elementos principais que diferenciam o Estado das antigas organizações gentílicas. Em primeiro lugar, o Estado passa a dividir os cidadãos de acordo com os territórios, em cada um destes, a população iria exercer seus direitos e deveres independente do pertencimento sanguíneo às gens ou tribos.

O segundo elemento característico da conformação do Estado é a instituição de uma força pública que pudesse impossibilitar qualquer organização armada e espontânea da população. A força pública se constitui não só de exércitos e polícias, como também de acessórios, materiais, cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero (Andrade, 2012; Engels, 2012). O terceiro elemento é atributo próprio para a sustentação econômica da força



pública instituída: o recolhimento de impostos. O Estado emite letras sobre o futuro e contrai empréstimos e dívidas de Estado (Engels, 2012), uma dívida pública.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida. Assim o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2012, p. 215 - 216)

Em linhas gerais, em todos os períodos típicos, o Estado é, sem exceção, o Estado da classe dominante e, ainda que aparentemente se coloque acima das classes, ele é essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Ou seja, em sua forma imperial, autocrática, absolutista, democrática, constitucional etc, conserva o caráter de instrumento de dominação de classe, na sua dependência ontológica em relação à estrutura econômica social (Andrade, 2012).

Na atualidade do Modo de Produção Capitalista, a luta de classes contempla duas classes fundamentais antagônicas, a burguesia e o proletariado, sendo a burguesia a classe dominante. Nesta sociabilidade, onde a produção da riqueza é coletiva e a apropriação privada, o fortalecimento do status quo e a perpetuação da dominação trouxeram a necessidade de a classe dominante economicamente também controlar e centralizar a política.

É imperativo dizer que a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista é produto histórico de um momento significativo onde a burguesia se colocou enquanto classe revolucionária. A queda do feudalismo e a ascensão do capitalismo também são, respectivamente, a derrocada do Estado feudal e a instituição do Estado moderno.

Com a passagem do feudalismo ao capitalismo, as novas formas de os homens se organizarem para extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência exigiram um reordenamento que, no caso do capitalismo, foi radical, revolucionando todo o processo para constituir uma nova forma de sociabilidade. [...] Economicamente, a relação capital se desenvolveu ainda em meio a sociabilidade feudal, quando, gradualmente, o modo de produção



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

capitalista foi substituindo o feudal. O processo histórico que se operou do final do século XV até meados do século XVIII foi denominado por Marx como “Acumulação primitiva”. Período o qual permitiu o processo de transformação dos produtores, antes servos, em trabalhadores assalariados. (Santos, 2016, p. 36)

A partir dos chamados ciclos das revoluções burguesas, entre outras coisas, a burguesia lutou para instituir também o seu poder no Estado (Andrade, 2012). A classe burguesa buscava no Estado segurança pelas vias da lei para salvaguardar seu poder e a propriedade privada, adaptando primeiro a religião, a cultura, a ideologia aos próprios fins da dominação, a conquista da estrutura do Estado seria a última (Santos, 2016).

Ao tratar da emancipação política da burguesia ascendente em sua obra, Marx (2009), apesar de não fornecer uma elaboração própria da Teoria do Estado, traz em “*Para a Questão Judaica*” uma brilhante análise acerca da conformação do Estado moderno no período de incipiência do capitalismo. O autor demonstra que:

O Estado suprime, à sua maneira, a diferença do *nascimento*, do *estado* [social, *Stand*], da cultura, da *ocupação* [profissional, *Beschäftigung*], quando declara diferenças *não políticas* (sem atender estas diferenças) proclama cada membro do povo participante *por igual* da soberania popular, quando trata todos os elementos da vida popular real do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado deixa *atuar* a propriedade privada, a cultura, a ocupação à maneira *delas* (i. e., como propriedade privada, cultura, ocupação) e fazer valer a sua essência *particular*. Muito longe de suprimir essas diferenças fáticas, ele só existe antes no pressuposto delas, ele só se sente como *Estado político*, e só faz valer a sua *universalidade* em oposição a esses elementos. [...] No Estado [...] ele [o homem] é o membro imaginário de uma soberania imaginada, é roubado da sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal. (Marx, 2009, p. 50 - 52) (Itálicos do autor)

Em coautoria com Engels, Marx afirma, em “*O manifesto do partido comunista*”, que o Estado é o comitê de negócios em comum com a classe dominante, portanto ao deixar atuar a propriedade privada, o Estado moderno mantém a essência da estrutura do Estado, que, no capitalismo, atua enquanto um poder coercitivo que impõe à classe trabalhadora a disciplina social requerida pelos detentores da propriedade em sua busca incessante pelo lucro (Santos, 2016).



Dessa forma, como “ordenamento da sociedade” (Marx, 2011), é que o Estado moderno desempenha um papel ativo na reprodução e perpetuação do capitalismo. Pois ao garantir a existência de um quadro legal que protege os direitos de propriedade privada, regulamenta as relações trabalhistas e medeia os conflitos entre as classes sociais. Ademais, exerce um monopólio legítimo da violência, usando a força policial e militar para manter a ordem social e reprimir qualquer resistência que ameace a completa destruição da ordem sociometabólica do capital.

O item a seguir está incubido de indexar as análises contemporâneas signatárias das elaborações marxianas acerca do Estado moderno como estrutura componente do sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002), evidenciando o comportamento do Estado frente à crise estrutural que demarca a contemporaneidade da trama capitalista.

### **3 O ESTADO ENQUANTO ESTRUTURA DE COMANDO POLÍTICO DO CAPITAL: AS ANÁLISES DE ISTVÁN MÉSZÁROS**

István Mészáros é um filósofo e teórico socialista húngaro, discípulo de Lukács que desenvolveu uma análise crítica do Estado. Apesar de algumas vertentes do marxismo afirmarem que o filósofo não desenvolveu uma Teoria do Estado, em sua obra elementar “*Para além do capital*”, Mészáros dedica todo um capítulo à análise do Estado e seu papel da ordem sociometabólica do capital. Recentemente, também foi publicada – postumamente – a obra “*Para além do Leviatã*” que revela um aprofundamento sobre a teoria do Estado na obra do filósofo.

Ao analisar o sistema capitalista, na esteira do pensamento de Marx, Engels e Lukács, Mészáros (2002) afirma que o capital não é somente uma entidade material, nem está restrita ao dinheiro, mas é uma relação social, em última análise é *uma forma incontrolável de controle sociometabólico*.

[...] Com certeza, o capital é também uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de preço, mecanismos de mercado etc. Mas, muito além disso, o capital também penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. Não é possível pensar em nenhum aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob as circunstâncias presentes. (Mészáros, 2007, p. 68)



Com o modo de produção capitalista emerge um sistema jamais visto, que regula e controla objetiva e subjetivamente a vida dos sujeitos por meio dos instrumentos de dominação econômica, social, cultural e política da classe detentora do capital. Essa afirmação nos leva a compreender o sistema global do capital como onipotente e por isso tratamos sua ação enquanto controle e reprodução sociometabólica, pois o capital é capaz de articular e consolidar sua própria reprodução a partir da interlocução entre as mais diversas estruturas componentes de seu sistema, ou seja, cada uma de suas partes exerce funções que sustentam as demais partes. Mézáros (2002, p. 102) irá dizer que:

[...] pela primeira vez na história, os seres humanos têm de enfrentar, na forma do capital, um modo de controle sociometabólico que *pode e deve* se constituir - para atingir sua forma plenamente desenvolvida - num sistema *global*, demolindo todos os obstáculos que estiverem no caminho. [...] o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. (grifos do autor)

O capital é o sistema orientado para a expansão e movido pela acumulação e essa é a expressão de uma das principais contradições que pode ser experienciada no sistema do capital. É a partir da exploração da força de trabalho que o capital se perpetua historicamente como produção generalizada de mercadorias, fazendo com que até mesmo seres humanos sejam colocados nesta posição em nome de força de trabalho.

[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha que ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar que encontre resistência. [...] esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. (Mézáros, 2002, p. 97)

Em última análise, presenciamos no sistema do capital um processo global de convencimento e coerção, capaz de tornar a produção de mercadorias – e a reprodução do próprio capital – um propósito geral de toda a humanidade e para isso era necessário separar valor de uso e valor troca, de maneira que o primeiro esteja submetido ao segundo. No bojo desta subsunção está aquilo que Mézáros (2002, p. 104 - 105) caracteriza como tripla fratura ou defeitos estruturais, são eles:



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

- Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.
- Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente é manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.
- E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar - porque *tem de* penetrar - no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a *circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*) na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* dos microcosmos particulares - por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” - mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita - com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular - aos imperativos alienantes do sistema do capital global. (grifos do autor)

Diante dessa tripla fratura erige uma necessidade inevitável ao sistema global do capital, a instituição do Estado moderno de caráter intervencionista e controlador, que subverta as demandas do trabalho em demandas do capital em crise. Portanto, podemos afirmar que o Estado é o complexo estruturado para garantir a subsunção do trabalho ao capital, ao passo que age para retificar a tripla fratura ou defeitos estruturais próprios do sistema capitalista que foram assinalados anteriormente. Além do mais, o Estado atua oferecendo as garantias e ferramentas fundamentais para consolidar a alienação.

[...] o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para extração de trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. [...] o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas - inclusive as variedades pós-capitalistas -, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais valia do trabalho excedente. (Mészáros, 2002, p. 121)



Assentado nesta ideia, compreendemos o Estado é a estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas, “estrutura totalizadora de comando político do capital” (Mészáros, 2002). Sendo assim,

[...] prevalece a necessidade ideológica da ordem estabelecida, produzindo racionalizações complicadas que visam esconder as profundas *iniquidades* das relações estruturais dadas também na esfera do consumo. Tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável. (Mészáros, 2002, p. 109) (grifos do autor)

Em sua recente obra – publicada postumamente – “*Para além do Leviatã: crítica do Estado*”, ainda no primeiro capítulo Mészáros indexa a tese de uma “crise epocal do Estado” (Mészáros, 2021). Esta crise de nenhuma forma se assemelha à falaciosa crise do Estado vocalizada pelos seguidores dos postulados neoliberais, em contrapartida a tese se assenta na forma assumida pelo Estado frente à crise estrutural do capital. Para o autor, na atualidade, não é possível desvincular o capital da crise, também não há como desvencilhar o Estado do Capital, assim, desvendamos que a crise estrutural também impõe o que Mészáros (2021) está chamado de uma crise epocal do Estado.

É nesse sentido que o Estado como foi constituído na história torna-se *em nosso tempo* um *anacronismo histórico* opressivo, sob as circunstâncias de sua fase *descendente* de desenvolvimento *em dada época*. Essa mudança elementar não representa uma tendência passageira, mas uma fase *irreversivelmente* descendente de desenvolvimento que ocorre quando o *modus operandi* do Estado, normalmente posto em vigor como algo natural, não só perde a legitimação histórica, mas também se torna *contra-histórico* no interesse do Estado *como tal* – e não simplesmente dessa ou daquela formação particular do Estado –, *necessariamente ao falhar* no cumprimento de suas funções costumeiras de tomada de decisão global e de correção de forma historicamente viável. [...] Trata-se de *necessidades históricas* qualitativamente novas precisamente em face do seu caráter *epocalmente definido*, que sublinha a *crise estrutural séria da política como um todo* e a crise do modo tradicional de tomada de decisão global nos termos das determinações do Estado, em última análise, sempre autoritárias. [...] Pois, na realidade, a crise estrutural da política em nosso tempo equivale, à sua maneira, à *crise estrutural da ordem sociometabólica do capital* como um todo. (Mészáros, 2021, p. 66) (Itálicos do autor)



A crise estrutural do capital é o elemento central da teoria de transição elaborada por Mészáros. Para o filósofo húngaro, o capitalismo experimenta hoje uma crise profunda, de caráter universal, com um *alcance* verdadeiramente *global*, de uma *escala de tempo* extensa, contínua, se preferir, *permanente* e seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*. Portanto, frente à dinâmica do capital em crise, se coloca a tendência do Estado se tornar cada vez mais burocratizado e alienado das demandas da classe trabalhadora, assumindo posturas cada vez mais autoritárias e brutalmente coercitivas.

Nas palavras do referido autor, “o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes” (Mészáros, 2021), a partir disso, afirmamos que não é possível a tomada do poder do Estado sem tomar as bases da produção e destruir toda a ordem de reprodução e controle sociometabólico do capital. Para Mészáros este é um imperativo do nosso século.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Objetivamos com este manuscrito apresentar uma breve análise das interlocuções entre Marx, Engels e Mészáros no tocante às concepções da teoria crítica do Estado. A partir dessa análise foi possível perceber que a origem e a perpetuação do Estado, na visão desses três autores, está intimamente ligada à reprodução econômica, sem evidências de quaisquer separação entre a esfera da política e da economia.

Os caminhos históricos percorridos não afetam o conteúdo do Estado, que, independente da sua conformação, permanece sendo um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, sem a permissibilidade da conciliação entre os antagonismos das classes sociais. Nas palavras de Lênin (2010), a própria existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis.

Nesse sentido, afirmamos que as elaborações destes autores indicam uma possibilidade do *dever*, a partir da luta organizada das classes trabalhadoras. Nem o Estado é natural, tampouco a história é linear, são produtos das relações sociais e, portanto, passíveis de uma transformação radical.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Alves de. (et al). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1977.

LINERA, Álvaro García. **O que é uma revolução? Da Revolução Russa de 1917 à revolução em nossos tempos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÖWY, Michael. (et al). **100 Palavras do Marxismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo " O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 3, n. 1, p. 142-155, 2011.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. Edição Eletrônica. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2002.



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*

23 a 27 de setembro de 2024

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 1. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do leviatã: crítica do Estado**. Boitempo Editorial, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.